

4. A CRIAÇÃO DE ISRAEL E A NAKBA

Os anos finais do Mandato Britânico (1922-1948) foram um período de instabilidade devido à acção das organizações paramilitares sionistas, Irgun e Lehi, e posteriormente a Haganah, a maior e mais importante das três.

A colonização sionista teve desde o seu despontar na Palestina, no ano de 1882, uma inclinação paramilitar, de forma a amparar o progresso do seu plano de colonização. O carácter paramilitar foi-se desenvolvendo e fortalecendo à medida que a colonização se estendia por áreas mais vastas do território. As armas garantiam a defesa das colónias e o multiplicar destas atraía avultados fundos internacionais para o projecto sionista.

No final do século XIX, as incipientes colónias contavam apenas com uma força dispersa de guardas armados. O virar do século trouxe as primeiras tentativas de estabelecer uma força paramilitar clandestina que tivesse dimensão, e acima de tudo, coordenação nacional. Assim nasce, em 1906, a Bar Giora, que se expandirá, em 1909, para a Hashomer. Contudo, estes impulsos iniciais serão ultrapassados pela criação da Haganah («Defesa» em hebraico), que se forma em 1920, como o braço armado primordial do sionismo na Palestina.

Os Britânicos revelaram simpatia pela organização, protegendo-a. Em 1938, um oficial britânico, Orde Wingate, integra membros da Haganah com forças britânicas numa força especial que ficou conhecida como «Esquadrão Especial da Noite», tristemente célebre pelos seus ataques terroristas a aldeias palestinas. Este facto revelou-se decisivo, pois durante a sua actuação os membros da Haganah receberam treino militar prático em como atacar uma aldeia palestina e ocupá-la, conhecimento que se veio a mostrar essencial para a expulsão em massa dos Palestinos das suas aldeias em 1948.

MAPAS DA PALESTINA

Plano de Partilha das Nações Unidas
Resolução 181



Linha do Armistício de Rodas



Mapas produzidos por PASSIA - Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs
Versão em português de MPPM - Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente

O Plano de Partilha aprovado pela ONU em 29 de Novembro de 1947 (Resolução 181) atribuía ao Estado árabe 43% do território da Palestina e ao Estado judaico 56%, ainda que os Judeus só fossem legalmente proprietários de 7% das terras e representassem 33% da população.

Após a guerra israelo-árabe de 1948-1949, os Israelitas ocuparam uma área correspondente a 78% da Palestina histórica. A Jordânia anexou a Cisjordânia e o Egipto ocupou a Faixa de Gaza. Jerusalém, que deveria ser uma entidade internacional segundo a resolução original da ONU, foi invadida por Israel, que ocupou 84% do território (Jerusalém Ocidental). Jerusalém Oriental passou para o domínio da Jordânia até 1967, quando foi também ocupada por Israel.

Concomitantemente com a sua face paramilitar, o sionismo exprimia uma forte matriz ideológica, partilhada por todo o seu espectro político, quanto ao destino da população autóctone palestina. A colonização do território não previa a manutenção da população que aí vivia havia séculos. O movimento sionista definiu a expulsão dos Palestinos como condição *sine qua non* para o êxito do seu projecto.

Os sionistas utilizavam eufemisticamente o termo «transferência» como sinónimo discreto para expulsão, e frequentemente brandiam a necessidade vital de uma recomposição demográfica na Palestina para a obtenção de um Estado Judeu com uma maioria judaica. Após a Comissão Peel — encarregada pelo governo britânico de apurar as causas da agitação na Palestina — ter em 1937 preconizado a partição da Palestina, incluindo a constituição de um Estado judaico na Galileia, e acima de tudo ter pela primeira vez recomendado a «transferência» da população palestina para dar lugar aos colonos sionistas, estes tiveram uma confirmação quanto à aceitação e legitimação internacional dos seus planos de limpeza étnica para a constituição do seu Estado na Palestina.

A insurgência das milícias sionistas, após a Segunda Guerra Mundial, obrigou os Britânicos a apressar o fim do seu Mandato. A explosão do Hotel King David em Jerusalém, em Novembro de 1946, que vitimou palestinos, britânicos e judeus, constituiu um marco determinante para tal decisão.

A aprovação, em 29 de Novembro de 1947, pela Assembleia Geral da ONU da Resolução 181, conhecida como Plano de Partição da Palestina, foi o coroar de décadas de colonização, chantagem e *lobbying* internacional. A Resolução consignou a partilha da Palestina em dois Estados, um judaico e outro árabe, com um estatuto especial para Jerusalém. O plano foi aceite, com reticências, pelos sionistas, com uma oposição clara de uma parte destes, que queriam criar o «Grande Israel» em todo o território; os Palestinos rejeitaram-no por não aceitarem a alienação do seu território histórico.

Entre fim de 1947 e meados de 1949 as milícias sionistas e mais tarde as forças armadas de Israel aplicaram sistematicamente um plano de limpeza étnica, de que resultaram mais de 15 000 palestinos mortos, 750 000 refugiados e 531 aldeias destruídas e 11 cidades esvaziadas. Estes acontecimentos são designados pelos Palestinos por Al-Nakba, a Catástrofe.

A Nakba foi o zénite do projecto sionista: a criação de um Estado Judeu fundado no recurso a armas com o objectivo de conquistar território e expulsar os habitantes autóctones. A limpeza étnica da Palestina foi regida por uma sucessão de planos militares, dos quais se destaca o Plano Dalet, aprovado em 10 de Março de 1948, em que se preconiza a ocupação de aldeias e cidades palestinas e a expulsão da população para lá das fronteiras (ambicionadas) do (futuro) Estado.

O Mandato Britânico terminaria às zero horas do dia 15 de Maio de 1948, tendo David Ben-Gurion declarado a independência do Estado de Israel às 16 horas do dia 14. As reacções internacionais por parte das duas superpotências de então são favoráveis. Tanto os Estados Unidos da América como a União Soviética reconhecem o nascente Estado de Israel, embora por razões distintas. Todavia, as fronteiras do Estado encontravam-se ainda em disputa. O Plano de Partição previa 56% do território da Palestina para o movimento sionista.

No dia 15 de Maio, contingentes árabes, do Egipto, Síria, Iraque, Jordânia, Líbano e Arábia Saudita, tardia e reticentemente, entram na Palestina, em número inferior aos efectivos militares de Israel. Por esta data, a limpeza étnica já se encontrava num estado avançado, e 250 000 palestinos já haviam sido expulsos das suas casas. O brutal massacre de Deir Yassin e a expulsão em massa dos palestinos de Haifa eram disso tristes exemplos.

A entrada dos contingentes árabes, descoordenados e mal treinados, saldou-se numa pesada derrota. O ímpeto israelita apenas não alcançou a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, incluindo a parte oriental de Jerusalém. A Palestina encontrou-se então tripartida entre o Estado de Israel, a Cisjordânia, anexada ao Reino da Jordânia, e a Faixa de Gaza, sob administração militar egípcia. Israel ocupava agora 78% do território da Palestina.

Os acordos do armistício israelo-árabe (na ilha de Rodas em 1949) e vários acordos bilaterais de cessar-fogo puseram termo, momentaneamente, ao conflito, deixando por solucionar a criação do Estado palestino, assim como a sorte dos espoliados, deslocados e refugiados. Será a partir dos campos de refugiados, em particular aqueles que se encontravam fora das fronteiras da Palestina, que a resistência palestina se reerguerá e se congregará em redor da Organização de Libertação da Palestina.